

Gregori estuda forma de processar torturador

Secretaria de Direitos Humanos analisará se Lei da Anistia beneficia ex-tenente ou se ele poderá ser julgado por seus crimes

• O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, anunciou ontem no Rio que vai pedir à Procuradoria do Ministério da Justiça que analise as declarações dadas pelo ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo à revista "Veja", admitindo que torturou cerca de 30 presos durante o regime militar. O objetivo é verificar se algum dos seus atos foge aos limites estabelecidos pela Lei da Anistia. Caso haja uma brecha legal, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos vai apresentar uma representação junto à Procuradoria Geral da República.

— Esse homem é um caso patológico, uma pessoa desequilibrada. É uma tristeza ver como alguém chega a esse ponto — afirmou o secretário, que viaja hoje para os Estados Unidos, onde será o primeiro brasileiro a receber o Prêmio de Direitos Humanos, concedido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) a entidades e pessoas com notáveis contribuições à promoção e proteção das liberdades fundamentais estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo o advogado Marcelo

Cerqueira, especializado em Direito Constitucional, a Lei da Anistia não beneficia torturadores. Assim como o jurista Dalmo Dallari, professor de Direito da USP, Cerqueira afirma que o ex-tenente praticou crimes contra pessoas indefesas e não se enquadra nos casos previstos:

— Como deputado federal, fui um dos autores da Lei da Anistia. O Ministério Público pode perfeitamente processá-lo, mas como a lei que pune a tortura é posterior ao fato, esse ex-tenente deve ser processado por lesão corporal gravíssima, com pena de oito

anos de reclusão — afirmou.

Na opinião de James Cavallaro, diretor no Brasil da organização Human Rights Watch, a prática de tortura admitida por Marcelo é um crime contra a humanidade e viola as leis internacionais.

— É como ocorre agora com Pinochet — disse Cavallaro, referindo-se ao ex-ditador chileno, detido em Londres, onde aguarda uma decisão sobre o pedido de extradição feito pela Espanha, para que seja julgado por terrorismo de Estado e genocídio.

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) discordou dos que de-

fendem a punição de Marcelo e defendeu ontem a prática da tortura contra criminosos violentos e traficantes.

— Com você pode colher informações sobre os demais comparsas a não ser dessa maneira? Eles agiam pior quando pegavam nossos companheiros — afirmou Bolsonaro, citando o caso do ex-capitão Carlos Lamarca, que aderiu à guerrilha nos anos 60.

— Lamarca matou o tenente Alberto Mendes Júnior a coronhadas, no Vale da Ribeira. Esse pessoal era sanguinário e covarde — afirmou Bolsonaro. ■